

**Juventudes(s) e Ensino Médio Integrado:** reflexões sobre a proposta curricular nos  
Institutos Federais

**Youth(s) and Integrated High School:** reflections on the curricular proposal in Federal  
Institutes

Eduardo Luiz de Moraes Ferreira 1<sup>1</sup>  
Josimar de Aparecido Vieira 2<sup>2</sup>  
Natalino da Silva de Oliveira 3<sup>3</sup>

**Resumo:**

Este artigo apresenta reflexões sobre o papel das políticas educacionais e curriculares dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) em relação à condição juvenil, num quadro de vivências percebidas entre os jovens, a sociedade, a escola e o trabalho. Parte-se do pressuposto que a escola tem sido um espaço e um meio de suporte para os jovens atingirem um dos seus prováveis objetivos, que é a inserção social, principalmente na realidade da universidade e do mundo do trabalho. Por meio de uma abordagem qualitativa, elaborou-se o texto por meio de pesquisa bibliográfica, análise legislativa e documental do tipo exploratória, constituída de livros, artigos de periódicos, legislações e material disponibilizado na internet. Diante de um olhar estereotipado e preconceituoso que lançam sobre a juventude, compreender e refletir as políticas voltadas ao universo dos jovens possibilitará aos IFs compreenderem sua relação com o Ensino Médio Integrado, buscando atingir seu objetivo principal: a formação integral e omnilateral no ensino médio, preparando os jovens em plenitude e qualificados para o trabalho. Ao pensarmos um currículo que contemple a condição juvenil, garantiremos o direito ao conhecimento, a participação democrática e a autonomia desses sujeitos que vivem e fazem a escola acontecer.

**Palavras-chave:** Juventude; Institutos Federais; Currículo; Ensino Médio Integrado.

**Abstract:**

This article presents reflections on the role of educational and curricular policies of the Federal Institutes of Education, Science, and Technology (FIs) in relation to the juvenile condition, in a framework of experiences perceived among young people, society, school, and work. It is assumed that school has been a space and a means of support for young people to achieve one of their probable goals, which is social insertion, especially in the reality of the university and the world of work. Through a qualitative approach, the text was elaborated by means of bibliographic research, legislative and documentary analysis of the exploratory type, consisting of books, journal articles, legislation, and material available on the Internet. Faced with a stereotyped and prejudiced view of young people, understanding and reflecting on the policies aimed at the youth universe will enable FIs to understand

---

<sup>1</sup> Mestre em Educação Profissional e Tecnológica pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais. Assistente de aluno do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais – Campus Muriaé - Brasil. Orcid: 0000-0002-4106-9472. E-mail: dumuriae@yahoo.com.br.

<sup>2</sup> Doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico da área de Pedagogia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) - Campus Sertão e professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) – Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3156-8590>. E-mail: josimar.vieira@sertao.ifrs.edu.br.

<sup>3</sup> Doutor em Literatura Comparada pela Universidade Federal de Minas Gerais e Doutor em Literatura de Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - Brasil. Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais – Campus Muriaé e professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) – Brasil. Orcid: <http://orcid.org/0000-0001-7426-7283>. E-mail: natalino.oliveira@ifssudestemg.edu.br.

their relationship with Integrated High School, seeking to achieve their main goal: the integral and omnilateral formation in high school, preparing young people in full and qualified for work. When we think of a curriculum that contemplates the youth condition, we will guarantee the right to knowledge, democratic participation, and autonomy of these subjects that live and make school happen.

**Keywords:** Youth; Federal Institutes; Resume; Integrated High School.

## **Introdução**

Este trabalho foi produzido a partir de estudos realizados no componente curricular eletivo Juventude, Trabalho e Escola, oferecido no segundo semestre do ano de 2021, pelo curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica que pertence ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS). Nele analisamos a conformidade existente entre as juventudes e a proposta curricular dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), em relação ao ensino médio integrado (EMI). A tônica “juventude” inicialmente ganha importância neste estudo na medida em que é observado, nos vários contextos sociais, que juventude não é uma só, mas é plural, por isso, “juventudes”! Como menciona Abramovay, Andrade e Esteves (2007, p. 22), “[...] vem se tornando cada vez mais corriqueiro o emprego do termo juventudes, no plural, no sentido não de se dar conta de todas as especificidades, mas, justamente, apontar a enorme gama de possibilidades presente nessa categoria”.

Nesta direção, muitas instituições, situações e reflexões críticas se mostram diante da relação trabalho e juventude. Entretanto, as instituições que oferecem EMI e que se situam diante desta realidade, por vezes a desconhecem. Inclusive não conhecem o estudante que chega até ela. Ao serem aprovados no processo seletivo, os jovens geralmente ingressam com idades entre 14 e 15 anos, cada qual enfrentando a sua realidade. Carregados de motivações para estarem ali, despertou-se a curiosidade em apreender dados bibliográficos do universo juvenil, proporcionando a representação da realidade percebida.

Para alcançar o objetivo e facilitar a análise, dividiu-se o texto em oito partes. Na primeira seção, a “Introdução”, apresentamos um enfoque geral ao trabalho realizado. Na seguinte, designada “Orientações metodológicas” descrevemos o caminho metodológico percorrido na elaboração deste trabalho. Na terceira, “Juventude, Trabalho, Escola e os desafios da contemporaneidade”, foi estabelecida uma visão geral sobre a juventude e os desafios enfrentados na sociedade contemporânea, sendo apresentadas nossas inquietações e expectativas. Em “Juventude(s): universo múltiplo e diversificado” refletimos sobre a

nomenclatura “juventudes”, a definição da categoria e seu amplo universo. Na quinta parte, denominada “A cultura, o lazer e o consumo na juventude e suas relações com a escola e o trabalho” demonstramos como a cultura, o lazer e o consumo influenciam a vida do jovem e ao mesmo tempo se relacionam com o trabalho e a escola. Na sexta parte, intitulada “A batalha pela formação humana e plena da juventude no campo curricular”, procuramos revelar a luta travada neste campo, em que as estratégias de ensino tomam forma. Na sétima parte, “Autonomia: prática a ser alcançada num projeto integrador”, destacamos a importância da autonomia e da participação democrática dos jovens num projeto integrador, para que estes compreendam a sua realidade de modo crítico. Na oitava e última parte, apresentamos considerações finais acerca da análise desenvolvida ao longo do trabalho.

Diferentes autores do campo das humanidades tratam da temática juventude relacionando-a com outras questões contemporâneas, tais como a educação e o trabalho. Sendo assim, para delinear este estudo, foram escolhidos os autores: da educação (Dayrell, 2003, 2007 e 2011), (Carrano, 2011), da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), (Saviani, 2007), (Ramos, 2019), (Moll, 2010), (Araújo e Frigotto, 2015), da Sociologia e da Filosofia (Bauman, 2012), entre outros. A perspectiva segue no sentido da educação como propósito de preparar os jovens para a vida segundo realidades que tenderão a enfrentar. Porém, para estarem preparados, eles precisam de formação.

## **1. Orientações metodológicas**

Na perspectiva metodológica, Lakatos (2003) destaca que o método permite alcançar determinado objetivo, por meio de um caminho a ser seguido, não sendo possível haver Ciência sem o emprego dos métodos científicos. “Assim, o método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo - conhecimentos válidos e verdadeiros - traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista (Lakatos, 2003, p. 83).

Para o desenvolvimento deste artigo, optamos pelo uso da abordagem qualitativa. Para Minayo (1994, *apud* Muniz, 2019, p. 18), “[...] a pesquisa qualitativa torna-se importante para compreender os valores culturais e as representações de determinado grupo sobre temas específicos”. Desta forma, o presente estudo utiliza a pesquisa bibliográfica, explorando o terreno da juventude e a relação estabelecida com o processo educativo, a cultura, o consumo e o trabalho, delineando a desenvoltura do tema proposto. Também foram explorados os temas ligados à gestão democrática e organização da EPT, organização dos espaços

pedagógicos e currículo integrado. Em seguida, efetuou-se uma análise legislativa e documental do tipo exploratória, no que tange à criação, concepção e diretrizes dos IFs.

Para análise dos dados, utilizou-se o método indutivo, “[...] por intermédio do qual, partindo de dados particulares, suficientemente constatados, infere-se uma verdade geral ou universal, não contida nas partes examinadas” (Lakatos, 2003, p. 86). Realizou-se a leitura minuciosa e crítica das referências, a fim de buscar dados e trechos que tratassem de aspectos referentes ao tema proposto. Posteriormente, efetuou-se o fichamento e agruparam-se as informações, correlacionando-as, ensejando à problematização, avaliação e a reflexão proposta.

## **2. Juventude, trabalho, escola e os desafios da contemporaneidade**

A literatura disponível sobre a juventude e sua relação com a escola debate um cenário inquietante com muitos desafios. O jovem é visto de forma estereotipada, como um ser de comportamento exótico, hedonista, individualista, irresponsável, dentre outros adjetivos. Conseqüentemente, família, professores, gestores e toda a comunidade escolar lançam um olhar preconceituoso sobre a juventude e, ao mesmo tempo, incompreendido acerca das mudanças históricas. Tendem a focar apenas o “problema” em si e esquecem que, no contexto de uma sociedade cada vez mais globalizada, muitos são os desafios vivenciados pelos jovens. Para Dayrell (2007, p. 1106):

A educação da juventude, a sua relação com a escola, tem sido alvo de debates que tendem a cair numa visão apocalíptica sobre o fracasso da instituição escolar, com professores, alunos e suas famílias culpando-se mutuamente. Para a escola e seus profissionais, o problema situa-se na juventude, no seu pretensão individualismo de caráter hedonista e irresponsável, dentre outros adjetivos, que estaria gerando um desinteresse pela educação escolar. Para os jovens, a escola se mostra distante dos seus interesses, reduzida a um cotidiano enfadonho, com professores que pouco acrescentam à sua formação, tornando-se cada vez mais uma “obrigação” necessária, tendo em vista a necessidade dos diplomas. Parece que assistimos a uma crise da escola na sua relação com a juventude, com professores e jovens se perguntando a que ela se propõe.

Buscando compreender esta realidade, este autor destaca que a relação entre juventude e a escola, não se explica em si mesma e os desafios “[...] são expressões de mudanças profundas que vêm ocorrendo na sociedade ocidental, que afetam diretamente as instituições e os processos de socialização das novas gerações” (Dayrel, 2007, p. 1106). Destarte, é necessário abranger a realidade que permeia a juventude e a escola, pois análises lineares e insipientes tendem a conceber um problema, que interfere diretamente na produção social dos sujeitos, nos seus tempos e espaços.

A juventude é um período da vida permeado por dúvidas, incertezas e descobertas que remetem o jovem a todo um processo de construção do projeto de vida, ou seja, “Quem sou eu?” “Qual rumo devo tomar?” “Qual profissão devo escolher?”. Portanto, devido às dúvidas que permeiam essa fase da vida, junto à crise que se estabelece na relação com a escola, entende-se que é apropriado incitar a construção de currículos que considerem a condição juvenil na perspectiva da concepção dialética apresentada por Groppo (2011, p. 20) que manifesta

[...] trajetórias de indivíduos e grupos juvenis oscilando no duplo movimento que envolve integração versus inadaptação, socialização versus criação de formas de ser e viver diferentes, papéis sociais versus identidades juvenis, institucionalização versus informalização, homogeneização versus heterogeneidade e heterogeneização, cultura versus subculturas etc.

Nesta direção, cabe “[...] às escolas de ensino médio o desafio de se constituírem em uma referência, na qual os jovens possam ter acesso a reflexões, informações, habilidades e competências, dimensões importantes para a construção dos seus projetos de vida” (Dayrell, 2011, p. 1082). Não esquecendo que a escola tem sido um meio de suporte para os jovens atingirem um dos seus prováveis objetivos, que é a inserção social, principalmente na realidade da universidade e do mundo do trabalho. Neste contexto, os IFs têm sido referências para esse público, oferecendo o EMI, além de outros níveis, etapas, modalidades e formas de ensino, tornando-se parte de seus projetos de vida. “Essa modalidade de educação se dedica à formação de jovens que darão início a uma nova etapa de sua atividade social ao ingressarem no mundo do trabalho para viverem de sua produção laboral” (Fernandes, 2019, p. 82).

Segundo o artigo 7º da Lei de Criação dos IFs, um de seus objetivos é “[...] ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental” (Brasil, 2008). Desta forma, os estudantes dessas instituições são imersos numa proposta pedagógica baseada na formação integral - de pleno desenvolvimento da pessoa humana - articulada entre o ensino e o trabalho, sendo este considerado um princípio educativo.

Outro importante documento de caráter normativo, bastante criticado pelos setores progressistas e conservadores da sociedade, destaca-se a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que define algumas competências da Educação Básica definidas “[...] como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho (Brasil, 2018, p. 8).

Entre as competências destacadas na BNCC, está a de número 6 que, apesar das padronizações impostas, prima pela valorização da diversidade de saberes e vivências culturais, apropriando-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem “[...] entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade” (Brasil, 2018, p. 9). Assim, apesar da escala de padronização constante na BNCC, busca-se refletir e considerar os saberes e vivências relacionados à juventude, articulando-os com a formação integral.

A articulação entre trabalho e ensino deve servir para formar homens onilaterais, ou seja, promover e desenvolver amplas capacidades humanas, intelectuais e práticas. Assim, o trabalho coloca-se como princípio educativo somente quando compreendido na perspectiva da revolução social. Compreendê-lo, apenas, na sua perspectiva pedagógica, seria, portanto, um equívoco (Araújo; Frigotto, 2015, p. 77).

Nesta direção, a intenção não é analisar os objetivos dos IFs, mas conscientizar seus gestores, docentes, servidores e órgãos colegiados a levarem em consideração a condição juvenil, na elaboração e atualização de suas propostas pedagógicas. Neste alento, cada IF, conforme a sua peculiaridade, poderá analisar se compreende o jovem apenas como um dado natural – simplesmente como estudante - ou em toda sua dimensão juvenil (como uma construção histórica), superando a lacuna existente nesta compreensão. Para tanto, é preciso

Levar em conta o jovem existente no aluno implica reconhecer que a vivência da juventude, desde a adolescência, tende a ser caracterizada por experimentações em todas as dimensões da vida subjetiva e social. O jovem, a princípio, torna-se capaz de refletir e de se ver como um indivíduo que participa da sociedade, recebendo e exercendo influências, fazendo deste o momento por excelência do exercício de sua inserção social. Esse período pode ser crucial para que ele se desenvolva plenamente como adulto e cidadão, sendo necessários tempos, espaços e relações de qualidade que possibilitem experimentar e desenvolver suas potencialidades (Leão; Dayrell; Reis; 2001, P. 1068).

Refletir sobre as políticas voltadas ao universo dos jovens possibilita entender aspectos relevantes da sua relação com o EMI e os desafios do mundo do trabalho. Assim, surge a seguinte inquietação: Que papel cabe às políticas educacionais e curriculares dos IFs, nesse quadro de vivências tão tensas percebidas entre sociedade, escolas, trabalho e a condição juvenil? O desafio está lançado.

Diante desta inquietação, a expectativa com esta pesquisa é poder contribuir para a ampliação da qualidade da educação profissional e tecnológica e para a melhoria das possibilidades para a vida do jovem na sociedade contemporânea. Segue os ensinamentos de Paulo Freire quando explicita: “Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Esses

quefazeres se encontram um no corpo do outro. Enquanto ensino continuo buscando, reprocurando” (Freire, 2019, p. 30). Assim, brilhantemente nos ensina Paulo Freire, é por meio da pesquisa que intervimos, educamos e somos educados.

### **3. “Juventude(s)”: universo múltiplo e diversificado**

As referências que tomam a juventude como objeto de estudo, trazem importantes contribuições e várias discussões sobre a definição desta categoria. Tornou-se comum a utilização do vocábulo “juventudes”, reconhecido por grande parte dos autores que retratam o assunto. “Essa postura traz implícito o reconhecimento da juventude como grupo social múltiplo e diversificado que apresenta diversas possibilidades de definição conceitual, que se distanciam de definições objetivas e singulares” (Muniz, 2019, p. 15).

Assim como são discutidas a definição da categoria juventude - ou juventudes - também não há um acordo quanto à ponderação de sua definição baseado na faixa etária, podendo variar até mesmo de país para país. Desta forma, dialogamos inicialmente com o Estatuto da Juventude, considerando a idade definida no § 1º do art. 1º deste preceito legal: “são considerados jovens, as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade” (Brasil, 2013).

O debate sobre os jovens e a juventude assumiu distintas configurações que orientam diferentes maneiras de pensar a juventude. A definição pelo corte de idade é um modo de se definir o universo de sujeitos que vivem o tempo da juventude. Este é um critério variável e muda de país para país. Na América Latina vai se estabelecendo o consenso de que os jovens devem ser considerados até os 29 anos. A definição da juventude por idade encontra elementos objetivos no aspecto da maturidade biológica e sua delimitação se reveste de importância para as políticas públicas, notadamente, quando se pensa em contagem de população, definição de políticas e recursos orçamentários. Compreender os jovens apenas pelo fator idade, contudo, seria simplificar uma realidade complexa que envolve elementos relacionados ao simbólico, ao cultural e aos condicionantes econômicos e sociais que estruturam as sociedades (Carrano, 2011, p. 08).

Diante de algumas indefinições, também nos deparamos com várias visões sobre o jovem, próprias da modernidade, estigmatizadas pela sociedade como uma fase de irresponsabilidades, liberdades, prazeres e comportamentos exóticos. Isso interfere na nossa maneira de compreendê-los. Para Dayrell (2003, p. 40-41),

Uma das mais arraigadas é a juventude vista na sua condição de transitoriedade, na qual o jovem é um “vir a ser”, tendo no futuro, na passagem para a vida adulta, o sentido das suas ações no presente. Sob essa perspectiva, há uma tendência de encarar a juventude na sua negatividade, o que ainda não chegou a ser (Salem, 1986), negando o presente vivido. Essa concepção está muito presente na escola: em

nome do “vir a ser” do aluno, traduzido no diploma e nos possíveis projetos de futuro, tende-se a negar o presente vivido do jovem como espaço válido de formação, assim como as questões existenciais que eles expõem, bem mais amplas do que apenas o futuro.

No intuito de melhor contextualizar a juventude no momento histórico, esta pode ser correlacionada aos nativos digitais, geração nascida no novo milênio, numa sociedade “online”, a partir de 2001. Esta geração aprende de forma interativa, em tempo real e com base em suas descobertas. Assim, no contexto da aprendizagem, a utilização pelos professores somente do modo tradicional de transmissão do conhecimento, torna-se um grande desafio.

No entanto, a forma como as tecnologias são apropriadas pelos professores é outra discussão fundamental. De nada adianta apresentar textos, imagens, jogos, sons e vídeos, ou utilizar de uma vasta gama de softwares educativos, se a proposta continua a ser a de construir um jovem estudante que seja um mero banco de informações e não um construtor do conhecimento. Compreender a dimensão desta geração e suas diferenças comportamentais, conforme o contexto social, econômico e político, nos leva a crer que, a todo o momento, a EPT precisa ser repensada objetivando suprir os anseios dos estudantes. Neste ínterim, os jovens têm sido estudados nos últimos anos a partir de assuntos variados, que passaram a ser objeto de interesse tanto de acadêmicos quanto de órgãos governamentais. Dentre esses assuntos, o trabalho e suas implicações na vida destes sujeitos têm ganhado destaque, tema de grande relevância para a EPT.

Na escola, este famigerado espaço de formação onde tornam-se notáveis as questões existenciais dos jovens, propomos um olhar para além do que possa “vir a ser” estes sujeitos, buscando compreendê-los no presente, como sujeitos sociais. Na construção de si, eles elaboram, a seu tempo, um determinado modo de ser jovem. Por isso a importância da compreensão do termo “moratória social” pelos professores, familiares e por toda a sociedade.

Moratória social faz referência, portanto, a um “tempo doado” pela sociedade para que seus jovens (alguns mais que outros e em algumas sociedades alguns muito mais do que outros) experimentem a condição adulta, sem as responsabilidades a estas associadas, permitindo-lhes então configurar trajetórias de inserção social com maior autonomia. A questão é que em sociedade, esse tempo de experimentação varia com a condição social dos jovens, havendo casos em que a condição se alonga indefinidamente e, outros em que esta condição é apenas brevemente experimentada (Brasil, 2014, p. 28).

Em vista deste assunto a escola é referência, pois a oferta de postergação das responsabilidades sociais dificilmente se dá fora de instituições como esta. “De maneira geral, a moratória social implica na mobilização de um número significativo de instituições (de



cultura, lazer, saúde, de qualificação laboral, etc.), que têm como epicentro a escola”. (Brasil, 2014, p. 28). Apesar de inúmeras interrogações das instituições mais tradicionais da sociedade, acerca do uso da moratória social, como referência exclusiva para “medirmos” as possibilidades de uso da condição juvenil, a escola segue formando, mostrando os caminhos e os métodos para a formação da juventude.

Quando entranhados em certos “modelos” socialmente construídos, corre-se o risco de os jovens serem analisados de forma negativa por visões estereotipadas. Enfatizam-se as características que lhes faltariam para corresponder a um determinado modelo de “ser jovem”. Desta forma, não conseguiremos apreender os modos pelos quais os jovens constroem as suas experiências.

#### **4. A cultura, o lazer e o consumo na juventude e suas relações com a escola e o trabalho**

Uma discussão aprofundada sobre a temática desta seção, não caberia nos limites deste artigo. No entanto, não poderíamos deixar de explicitar - ainda que sucintamente - a maneira como empregam-se os termos ora relacionados. Apesar de demonstrarem grande interesse pelas atividades de cultura e lazer, “[...] os(as) jovens reconhecem uma estreita relação com a educação e o trabalho, que seriam meios de garantir sua autonomia e a possibilidade de investimento em cultura e lazer” (Oliveira et al., 2006, p. 64). A juventude vivencia uma grande dificuldade - principalmente a desprovida de capital econômico - em aplicar seu tempo livre nas referidas atividades, devido à necessidade de conciliação com a escola e com o trabalho. Em muitos casos, esta dificuldade está na contribuição no sustento da família. Outro fator que dificulta o acesso à cultura e ao lazer é a falta de espaços abertos à juventude, com programações pertinentes e acessíveis. Diante destas situações, constata-se que, quando mais autônomos, os sujeitos podem planejar mais livremente, em alguma medida, a construção de seu estilo de vida.

Emerim, Faé e Vieira (2021, p. 7) destacam que

[...] o período da juventude não é mais rígido e linear, e sim, marcado por um vai-e-vem de práticas, posicionamentos e valores que colocam os jovens em sua condição de sujeito social. É neste contexto instável - em conjunto com os condicionantes socioeconômicos que acabam delimitando as estruturas no processo de transição para a vida adulta - que os jovens realizam suas escolhas e constituem suas trajetórias sociais.

O consumo de bens e serviços tais como: celulares, roupas, calçados ou até mesmo frequentar um shopping center, normalmente impostos pela cultura midiática, também se relacionam à questão da autonomia, à educação e ao trabalho. “Os bens adquiridos serão fundamentais no processo de significação das propostas igualitárias e nas de distinção, que se alternarão no jogo identitário de acordo com as fronteiras culturais que se estabelecem ou se busca estabelecer” (Enne, 2010, p. 23). A constituição identitária do jovem vem sendo moldada no movimento constitutivo da modernidade ocidental e encontra seu paraíso no capitalismo liberal, individualista e racional.

No entanto, o consumo depende diretamente da autonomia financeira deste jovem, que o deixa frente a forte pressão de estratos tradicionais, como a família, a escola e o trabalho. “A cultura do consumo, ao mesmo tempo em que fornece instrumentos para a construção de si, impõe limites, gera estigmas, provoca a frustração” (Enne, 2010, p. 30). Geralmente quem trabalha ou lida diretamente com juventude, percebe que os valores associados ao estilo de vida jovem têm seus custos e suas perdas. As dificuldades de inserção no mundo do trabalho, com a crise da empregabilidade, condenam ao desemprego e às relações informais de trabalho os jovens economicamente desfavorecidos, não permitindo alcançarem seus sonhos e desejos.

É crucial entendermos não só os processos de constituição identitária, mas, essencialmente, o momento histórico vivenciado é uma forma de vida que não pôde ser escolhida, mas sim destinada aos jovens. Como nos elucida Bauman (2013, p. 34),

A forma de vida em que a geração jovem de hoje nasceu, de modo que não conhece nenhuma outra, é uma sociedade de consumidores e uma cultura “agorista” – inquieta e em perpétua mudança – que promove o culto da novidade e da contingência aleatória. Numa sociedade e numa cultura assim, nós sofremos com o suprimento excessivo de todas as coisas, tanto os objetos de desejo quanto os de conhecimento, e com a assombrosa velocidade dos novos objetos que chegam e dos antigos que vão.

A intenção em demonstrar os dados apresentados neste capítulo está em ressaltar a complexidade da vida moderna, atentando aos conceitos ora expostos e aproveitá-los como subsídios para se pensar o currículo institucional ao EMI, na rede federal de ensino.

## **5. A batalha pela formação humana e plena da juventude no campo curricular**

Pensar um currículo remete-se a reflexões sobre a escola e sobre as relações que a determinam e por ela são determinadas. Isso inclui, por exemplo, a organização dos espaços-tempos descontínuos e desencontrados, o trabalho docente e a cultura escolar embasada sobre um currículo fragmentado em disciplinas. Ações necessárias, mas não suficientes.

Em relação a EPT, o currículo tem seu sentido na totalidade da integração de conhecimentos gerais e específicos, na formação omnilateral e na indissociabilidade entre educação profissional e educação básica. Assim, a EPT estima a formação plena do ser humano, tendo como admirável pressuposto, o artigo 205 de nossa Carta Magna de 1988: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Brasil, 1988).

A formação integral, um dos objetivos a serem alcançados pelas instituições federais que oferecem o EMI, tem conduzido a luta por elementos estratégicos que são utilizados na organização de suas práticas pedagógicas. Assim nos ensina Marise Ramos:

A luta pelo Ensino Médio Integrado é a luta pelo direito a uma formação humana e plena, tendo o trabalho como princípio educativo em um currículo centrado nas dimensões fundamentais da vida: o trabalho, a ciência e a cultura. Por essa concepção de formação, o conhecimento não é, somente, um insumo ou um instrumento para o desempenho acadêmico ou profissional. Antes, o conhecimento resulta da apreensão da realidade pelos seres humanos, num processo histórico em que buscamos compreender nossas necessidades e produzir meios para satisfazê-las. Esse é o próprio processo do trabalho o qual gera conhecimentos e novos modos de vida. Explica-se, assim, a unidade entre trabalho, ciência e cultura que fundamenta a concepção do Ensino Médio Integrado (Ramos *apud* Araújo; Silva, 2017, p. 41).

E para que as estratégias de ensino tomem forma, a luta é travada no campo curricular, visto como um setor privilegiado para a produção de subjetividades e de modos de existência, permeado por diversos interesses de grupos divergentes. As políticas de Estado compostas pelas relações de poder em jogo na sociedade trabalham estes currículos nas escolas propondo os devidos direcionamentos. Estes, deveriam se dar por meio de uma construção social, com base nas peculiaridades regionais e culturais. Ilustrando melhor este conceito cita-se, como exemplo, o relato de construção histórica da educação profissional no campo curricular construído por Ciavatta:

Basta recordar as batalhas perdidas nas lutas pela Lei de Diretrizes e Base (LDB) nos anos de 1980, a lei nº 9.394/96 aprovada em gabinete, longe das reivindicações históricas dos movimentos sociais organizados. Regulamentada pelo Decreto nº 2.208/97, no que tange à educação profissional, promoveu a separação da formação geral de nível médio do ensino técnico, ainda hoje apenas parcialmente refeita pela proposta de educação integrada, pelo Decreto nº 5154/2004, em bom tempo incorporado à LDB pela Lei nº 11.741/2008 (*apud* Moll, 2010, p. 167).

Com a criação dos IFs no ano de 2008, a proposta integradora ganhou força, com bojo nas questões democráticas e sociais. Segundo as suas concepções e diretrizes, elaboradas pelo

Ministério da Educação (MEC), “O foco dos Institutos Federais será a justiça social, a equidade, a competitividade econômica e a geração de novas tecnologias” (2010, p. 03). Contudo, dez anos após a criação dos IFs, percebe-se que a luta neste campo continuou e um importante passo rumo à integração curricular foi dado. Em 2018 Ramos (2018) já alertava para esta redução da concepção de integração e a abordagem pretendida para educação básica pelo grupo que, à época, assumiu o poder no país:

Nesse contexto, não ficam dúvidas de que a Pedagogia das Competências é a abordagem escolhida para a educação básica e, em especial, para o ensino médio, oportunamente apropriado pelo grupo que assume o poder no nosso “estado de exceção” e volta a hegemonizar os debates e as orientações sobre a educação no Brasil. Primeiramente esse registro é feito pela Resolução CEB/CNE 3/2018 e, em seguida, pela própria BNCC do ensino médio aprovada em 04/12/2018 (Ramos, 2019, p. 54).

Neste ínterim, o Professor palestrante Sidinei Cruz Sobrinho, do Instituto Federal de educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul), nos alerta para os recentes ataques e reformas ao ensino, que ameaçam o estado democrático de direito e os princípios básicos da democracia. Menciona-se a reforma tratada na resolução nº. 1, de 05 de janeiro de 2021, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica (DNCEPT). “[...] somada a outras reformas educacionais, outros instrumentos de coação, podemos chamar assim, de uma coação velada ao espaço democrático da construção social, principalmente em instituições de ensino [...]” (Sobrinho, 2021, 18:48 min.). Deste modo, tornam-se urgentes os espaços de discussão e construção, que sejam resistentes às ameaças democráticas.

Por sorte, o parecer do Conselho Nacional de Educação que fundamenta as DNCEPT manteve alguns pontos favoráveis. Um deles é a centralidade dos estudantes como sujeitos do processo educativo, de tal forma a garantir o que propõe seu artigo 3º, inciso VII:

VII- indissociabilidade entre educação e prática social, bem como entre saberes e fazeres no processo de ensino e aprendizagem, considerando-se a historicidade do conhecimento, valorizando os sujeitos do processo e as metodologias ativas e inovadoras de aprendizagem centradas nos estudantes; (Brasil, 2021).

Outro ponto favorável é a manutenção, prevista nos incisos VIII e IX, da possibilidade do currículo integrado, na perspectiva que tem sido desenvolvida pelos IFs:

VIII - interdisciplinaridade assegurada no planejamento curricular e na prática pedagógica, visando à superação da fragmentação de conhecimentos e da segmentação e descontextualização curricular;

IX - utilização de estratégias educacionais que permitam a contextualização, a flexibilização e a interdisciplinaridade, favoráveis à compreensão de significados, garantindo a indissociabilidade entre a teoria e a prática profissional em todo o processo de ensino e aprendizagem; (BrasiL, 2021).

Destaca-se também a manutenção da concepção do trabalho como princípio educativo e a perspectiva da integração curricular, prevista no inciso IV:

IV - centralidade do trabalho assumido como princípio educativo e base para a organização curricular, visando à construção de competências profissionais, em seus objetivos, conteúdos e estratégias de ensino e aprendizagem, na perspectiva de sua integração com a ciência, a cultura e a tecnologia; (Brasil, 2021).

Na elaboração do currículo abrangendo o EMI, a integração se dá na relação entre o ensino médio e o ensino técnico, e tem, como suporte, o trabalho como princípio educativo. Só há sentido na integração se esta ocorrer na sua totalidade, por meio da formação omnilateral e pela indissociabilidade entre educação profissional e educação básica, que busca integrar os conhecimentos gerais e específicos.

O currículo, mesmo diante de aspectos que justifiquem as especificidades de qualquer natureza, deve ser estruturado com base na garantia de conteúdos que configurem e integrem a dimensão científica e tecnológica, a dimensão cultural e a dimensão do trabalho. Em síntese, essa é a integração curricular que se busca com foco na formação integral (Araújo; Silva. 2017, p. 106).

Destarte, se os IFs pretendem um currículo que garanta o direito dos jovens ao conhecimento, será necessário compreender a condição juvenil, na diversidade de formas de vivê-la, pensando as relações entre o universo juvenil e a sociedade. E este universo é amplo, como nos mostra Miguel Arroyo: “Especificamente entender aquelas experiências sociais que mais marcam a condição dos jovens trabalhadores, populares: as questões do mundo do trabalho, o padrão seletivo sexista e racista de trabalho, os padrões de desigualdades e de inferiorização, discriminação vigentes” (*apud* Dayrell *et al.*, 2014, p. 162).

Enfim, por meio da compreensão das experiências sociais ligadas aos jovens e da efetivação da integração curricular voltada à formação plena, poderão ser disponibilizados aos estudantes elementos estratégicos de emancipação social e política.

## **6. Autonomia: prática a ser alcançada num projeto integrador**

A formação humana integral e a inserção social do jovem, não podem abdicar da sua preparação para inserção no mundo do trabalho. “Os homens aprendiam a produzir sua

existência no próprio ato de produzi-la. Eles aprendiam a trabalhar trabalhando. Lidando com a natureza, relacionando-se uns com os outros, os homens educavam-se e educavam as novas gerações” (Saviani, 2007, p. 154). Presume-se daí que o trabalho constitui fator determinante da própria existência humana e que a EPT possui um papel estratégico no processo de construção e de reprodução social, em busca da autonomia.

A autonomia, condição desejável pelo ensino integrado, é aqui entendida como capacidade de os indivíduos compreenderem a sua realidade, de modo crítico, em articulação com a totalidade social, intervindo na mesma conforme as suas condições objetivas e subjetivas. Em outras palavras, reconhecendo-se como produto da história, mas também como sujeito de sua história (Araújo; Frigotto, 2015, p. 74)

Pesquisas realizadas sobre a gestão democrática e autonomia em escolas públicas, nos mostram que os incentivos concretos ao exercício da autonomia administrativa, pedagógica, financeira e à gestão democrático-participativa têm sido insuficientes. “O desenvolvimento de líderes escolares autônomos não ocorre. Os incentivos políticos e institucionais à participação das comunidades escolar e local têm sido poucos e ineficientes na construção da autonomia escolar” (Freitas, 2000, p. 50). Essas prerrogativas são necessárias na busca pela qualidade da educação, daí a importância de um currículo que venha favorecer essa condição desejável.

As escolas e os currículos não são apenas lugares que armazenam conhecimentos produzidos em cada área, são lugares onde trabalham e chegam sujeitos sociais também produtores de conhecimentos, lugares de encontro de experiências sociais, de indagações, de leituras de mundo e de si no mundo que exigem ser reconhecidas e sistematizadas (Dayrell *et al.*, 2014, p. 160).

A questão relacionada à participação democrática dos jovens estudantes nas instituições de ensino é um importante aspecto a se considerar. É necessário reconhecimento e sistematização da leitura de mundo e da condição desses sujeitos sociais, para que sua atuação não seja apenas ilusória. Como nos ensina Freitas (2000, p. 50): “[...] a participação na tomada de decisões administrativas, financeiras e pedagógicas não alcançou a maior parte daqueles que vivem e fazem a escola acontecer”. Como são os jovens que fazem o EMI acontecer, sendo esta modalidade de ensino um dos objetivos primordiais dos IFs, tal consideração nas propostas curriculares poderá contribuir para o seu sucesso, favorecendo a permanência e o êxito dos estudantes.

Diante deste contexto, cabe a questão: em que medida os IFs, vem contribuindo para que estes jovens desenvolvam a autonomia? Importante esta reflexão, pois os jovens acabam permanecendo às margens da gestão democrática participativa, na maioria das vezes, por não terem incentivo, conhecimento e experiências suficientes para desempenhar seu papel.

### **Considerações finais**

A reflexão realizada neste estudo procurou contribuir não somente com a perspectiva pedagógica dos IFs, mas também para a possibilidade da denominada revolução social, colocando em debate a contemplação das juventudes como prioridade nos seus currículos. No decorrer do texto, são apresentadas questões pertinentes em que é possível compreender a relação estabelecida entre um processo educativo integrador e as juventudes, que são cruciais para a permanência e êxito escolar.

A participação ativa dos jovens nos IFs pode trazer benefícios a todos, podendo ensinar mais respeito ao trabalho dos professores, dos gestores e dos demais servidores. Assim, toda a comunidade escolar poderá contribuir para a qualidade da EPT, tornando-a mais compatível com as necessidades das juventudes e de todos os envolvidos. Não queremos sustentar aqui a possibilidade de ressignificação das técnicas e estratégias de ensino e de aprendizagem dos IFs, voltadas ao EMI. A intenção é promover a escuta como condição para o reconhecimento e a comunicação entre os sujeitos que constituem a comunidade escolar. Como exemplo é possível estimular a aprendizagem pela criação de grupos de trabalho, direcionados aos jovens, para que estes possam anunciar sua realidade e seus projetos de vida. “Propiciar espaços-tempos educativos e promover processos de aprendizagem para que os sujeitos reconheçam a si mesmos e aos outros deveria ser meta prioritária das instituições escolares” (Dayrell *et al.*, 2014, p. 127).

Estudos sobre a juventude e suas relações com a escola podem ser incluídos nos cursos de formação de professores como outra forma de engajar os membros da comunidade escolar e consolidar relações menos estereotipadas e preconceituosas. Essas tarefas mediadoras, talvez tenham mais sentido do que apenas o ensino da lista de conteúdos que tendem a organizar currículos. Enfim, poderão surgir uma infinidade de projetos a serem implementados, um prato cheio para pesquisadores e estudantes deste tema.

Reconhecendo que o campo do conhecimento é dinâmico, a proposta curricular deixa de ser um reservatório de saberes estáticos. Incorporando os conhecimentos que vêm das experiências juvenis às propostas curriculares, ampliariam seu território de disputa de saberes na pluralidade epistemológica do mundo atual e na heterogeneidade desses sujeitos sociais que chegam às escolas. Concluindo, esperamos que a condição juvenil seja considerada e contemplada pelos IFs, junto a seu objetivo principal que diz respeito à formação integral e

omnilateral no EMI, formando os jovens, em plenitude, para o exercício da cidadania e preparados para enfrentar o mundo do trabalho.

Ensejamos que este estudo contribua para o debate sobre a condição juvenil, num quadro de vivências percebidas entre os jovens, a sociedade, a escola e o trabalho à medida que gera um aprofundamento do conhecimento sobre o seu processo. Sugere-se ainda a necessidade da realização de outros estudos, em busca de outros procedimentos que estão sendo adotados nesta direção. Dado o mérito do tema, espera-se que o presente estudo, por suas limitações, estimule novas investigações, dando continuidade às análises sobre a temática, que pode incluir envolvimento de professores e estudantes da EPT, abordando seus posicionamentos diante dos desafios atuais do EMI.

### Referências

ABRAMOVAY, M.; ANDRADE, E. R.; ESTEVES, L. C. G. **Juventudes**: outros olhares sobre a diversidade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; Unesco, 2007. Disponível em: [http://forumeja.org.br/files/Vol%2027\\_ed%201\\_Juventudes.pdf](http://forumeja.org.br/files/Vol%2027_ed%201_Juventudes.pdf). Acesso em: 15 jun. 2021.

ARAÚJO, R. M. L.; FRIGOTTO, G. Práticas pedagógicas e ensino integrado. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 52, n. 38, p. 61-80, maio/ago., 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.21680/1981-1802.2015v52n38ID7956>. Acesso em: 08 dez. 2023.

ARAÚJO, A. C. A.; SILVA, C. N. N. **Ensino médio integrado no Brasil**: fundamentos, práticas e desafios. Brasília: Ed. IFB, 2017.

BAUMAN, Z. **Sobre educação e juventude**: conversas com Ricardo Mazzeo. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 15 mar. 2023.

BRASIL. **Estação juventude**: conceitos fundamentais – ponto de partida para uma reflexão sobre políticas públicas de juventude. Brasília: SNJ, 2014. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/participacao/noticiasmidia/participacao-institucional/1031-estacao-juventude-conceitos-fundamentais>. Acesso em: 15 mar. 2023.

BRASIL. **Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013**. Estatuto da Juventude. Brasília: Diário Oficial da União, 2013. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/lei/112852.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112852.htm). Acesso em: 15 mar. 2023.

BRASIL. **Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e



Tecnologia. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm). Acesso em: 15 mar. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf). Acesso em: 15 mar. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação; CNE. **Resolução nº 1, de 05 de janeiro de 2021**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-cne/cp-n-1-de-5-de-janeiro-de-2021-297767578>. Acesso em: 15 mar. 2023.

BRASIL. MEC, Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Concepção e Diretrizes dos Institutos Federais**. Brasília: 2010. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=6691-if-concepcaoediretrizes&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6691-if-concepcaoediretrizes&Itemid=30192). Acesso em: 15 mar. 2023.

CARRANO, P. Jovens, escolas e cidades: desafios à autonomia e à convivência. **Revista Teias**, n. 26, 07-22, set./dez. 2011. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/24209>. Acesso em: 08 dez. 2023.

DAYRELL, J. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**. Set. /Out. /Nov. /Dez., nº 24. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/zsHS7SvbPxKYmvcX9gwSDty/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 08 dez. 2023.

DAYRELL, J.; CARRANO, P.; MAIA, C. L.. **Juventude e ensino médio: sujeitos e currículos em diálogo**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

DAYRELL, J.; LEÃO, G.; REIS, J. J. Projetos de vida e ensino médio. **Educação & Sociedade [online]**. 2011, v. 32, n. 117, pp. 1067-1084. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302011000400010>. Acesso em: 08 dez. 2023.

DAYRELL, J. A escola faz juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 105-1128, out. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/RTJFy53z5LHTJjFSzq5rCPH/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 08 dez. 2023.

EMERIM, M. E.; FAÉ, J. S.; VIEIRA, J. A. Juventudes contemporâneas e os desafios da educação, trabalho e cultura. **Revista Pedagógica**. Chapecó (SC), v. 23, pp. 1-18, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.22196/rp.v22i0.6140>. Acesso em: 08 dez. 2023.

ENNE, A. L. Juventude como espírito do tempo, faixa etária e estilo de vida: processos constitutivos de uma categoria-chave da modernidade. **Comunicação, mídia e consumo**, São Paulo, v. 7, n. 20, p. 13-35, nov. 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.18568/cmc.v7i20.203>. Acesso em: 08 dez. 2023.

FERNANDES, C. M. F. S. **Formação docente e educação: os limites do ensino tecnicista do Instituto Federal do Paraná.** 2019. 148p. Dissertação (Mestrado em Ensino), Universidade Estadual do Paraná – Campus Paranavaí, Paranavaí (PR), 2019.

FREITAS, K. Uma Inter-relação: políticas públicas, gestão democrático-participativa na escola pública e formação da equipe escolar. **Revista Em Aberto**, Brasília, v. 17, n. 72, p. 47-59, fev./jun. 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.24109/2176-6673.emaberto.17i72.%25p>. Acesso em: 08 dez. 2023.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 59. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019.

GROPPO, L. A. Condição juvenil e modelos contemporâneos de análise sociológica das juventudes. In: SOUSA, J. T. P. S.; GROPPPO, L. A. (orgs.). **Dilemas e contestações das juventudes no Brasil e no mundo.** Florianópolis: UFSC, 2011. p. 11-29.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. Atlas: São Paulo, 2003.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** São Paulo: Hucitec, 1994.

MOLL, J. e colaboradores. **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades.** Porto Alegre: Artmed, 2010.

MUNIZ, L. B. **Mundo do trabalho e juventudes na sociedade contemporânea.** Curitiba: Brasil Publishing, 2019.

OLIVEIRA, J. R.; SILVA, L. I. C.; RODRIGUES, S. S. Acesso, identidade e pertencimento: relações entre juventude e cultura. Democracia Viva: **Revista do Ibase**, Rio de Janeiro, n. 30, p. 62-65, jan./mar. 2006. Disponível em: <http://www.emdialogo.uff.br/documento/acesso-identidade-e-pertencimento-rela%C3%A7%C3%B5es-entre-juventude-e-cultura>. Acesso em: 08 dez. 2023.

RAMOS, M. N. Políticas e história da educação profissional: onde estamos, como chegamos e para onde vamos? **Cadernos de Pesquisa**, v. 26, n. 4, out./dez. São Luís: 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.18764/2178-2229.v26n4p45-59>. Acesso em: 08 dez. 2023.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, v.12, n.34. 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-4782007000100012>. Acesso em: 08 dez. 2023.

SOBRINHO, Sidinei Cruz. 1 Vídeo (2:32:50 s) Novas Diretrizes para a EPT e seus Impactos nos Institutos Federais. **Publicado pelo canal Gariba Reitor.** Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QNolBYxYfPQ>. Acesso em: 08 dez. 2023.